



instituto brasileiro de direito do seguro

São Paulo, 11 de fevereiro de 2004

À

Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

At.: René Garcia Júnior, M.D. Superintendente

Prezados Senhores,

Recentemente, cumprindo seus objetivos estatutários<sup>1</sup>, o **IBDS – Instituto Brasileiro de Direito do Seguro** apresentou ao Conselho Nacional de Seguros Privados suas preocupações a respeito da legalidade de dispositivos da Resolução nº 107, de 16 de janeiro de 2004.

Dando continuidade à sua contribuição institucional, o **IBDS vem agora apresentar preocupações com relação à Circular SUSEP nº**

---

<sup>1</sup> Art. 2º O IBDS tem como finalidade o fomento aos estudos jurídicos pertinentes ao seguro e previdência privados, sua divulgação e aprimoramento.

Art. 3º O IBDS considera a defesa, a manutenção e o aprofundamento da ordem democrática pressupostos da produção científica e tecnológica comprometida com a qualidade acadêmica e a compreensão crítica da realidade.

Art. 4º O IBDS, para atingir suas finalidades, deve buscar:

I - incentivar e patrocinar os estudos jurídicos securitários, através da pesquisa, do debate, do ensino e de outras formas de socialização do conhecimento;

II - incentivar pesquisas jurídicas na especialidade referida no inciso anterior, nas dimensões sociológica e filosófica, respeitando-se, sempre e de forma incondicional, a autonomia do pesquisador;

III - divulgar o direito do seguro, difundindo sua finalidade social, sua técnica normativa e os direitos e obrigações das partes e agentes envolvidos;

IV - promover a cooperação e intercâmbio entre os estudiosos do direito do seguro no Brasil entre si e com estudiosos estrangeiros;

V - participar do desenvolvimento das políticas públicas nacionais e comunitárias de seguro, respeitados os termos preconizados neste Estatuto;

VI - promover a defesa dos interesses ou direitos difusos, coletivos, transindividuais e ou individuais homogêneos, de qualquer modo concernentes a relações securitárias;

VII - promover a arbitragem, mediação e outros meios especiais de solução de dúvidas e conflitos de interesses concernentes a relações securitárias.



instituto brasileiro de direito do seguro

240, de 5 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a formação do contrato de seguro e suas modificações.

Permitam-nos, antes de tudo, considerar que essa Circular inova o ordenamento jurídico, introduzindo normas jurídicas em matéria da competência legislativa privativa da União Federal, através do Congresso Nacional, competência esta que não admite delegação (CF, arts. 22, I e VII, 48, *caput* e XIII e 68, § 1º).

Não fosse esse problema de ordem constitucional, identificam-se dispositivos ilegais frente ao Código Civil e ao Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

O artigo 1º da Circular — à parte detalhe atinente à extensão e requisitos da representação do proponente pelo corretor de seguros, sobre o que não teceremos comentários nesta oportunidade<sup>2</sup> — estabelece que pode o segurado propor alteração do contrato mediante o envio de proposta à seguradora, admitindo o artigo 2º, *caput* e § 4º (v. tb. art. 4º, II), a aceitação tácita por parte desta.

Se, por um lado, é verdade que a aceitação tácita para a *formação* do contrato é da praxe securitária e tem respaldo na lei (Código Civil, art. 432), por outro, a *alteração* não segue o mesmo regime, sujeitando-se ao comum acordo entre as partes contratantes, surtindo no

---

<sup>2</sup> Nem sempre o corretor de seguros estará capacitado para o mandato pressuposto na norma do artigo 427 do Código Civil, nem para representar o segurado (ver o art. 8º, § 1º, da Circular).



instituto brasileiro de direito do seguro

mais das vezes a emissão de aditamento contratual (endosso). É o quanto decorre do princípio da intangibilidade dos contratos e da estrutura empresarial, técnica e atuarial do negócio. Preocupa a modificação por aceitação tácita à medida que as seguradoras seriam forçadas a manter continuamente a quase impossível vigilância necessária para evitar que o contrato celebrado se desvincule do padrão. Sendo os seguros calcados em textos contratuais predispostos pela seguradora para a alocação de uma massa de riscos homogêneos, sua formação acolhe perfeitamente a simples consensualidade e o regime de aceitação tácita. As alterações, no entanto, podem muitas vezes demandar cuidados específicos e complexos, alterando a base de fato autorizadora daquele regime.

Ainda com relação ao artigo 1º da Circular, deve ser observado que quando o estipulante de seguro pessoal coletivo for o proponente, apenas poderá pleitear alterações que se sujeitem à prévia autorização do grupo, observado o *quorum* do artigo 801, § 2º, do Código Civil.

Os parágrafos 1º e 2º do artigo 2º da Circular veiculam regras que estariam a merecer aplausos, não fosse o fato de também inovarem o ordenamento jurídico. Não há dispositivo legal que admita a suspensão do prazo para exame da proposta de seguro à vista de exigência de documentos e informações complementares pela seguradora, assim como não há norma legal a limitar a possibilidade de mais de uma solicitação, o que poderia causar espécie no caso de sobrevirem dúvidas decorrentes das informações vindas quando do atendimento à primeira exigência. Em síntese, os dispositivos contribuem para o desenvolvimento



instituto brasileiro de direito do seguro

da atividade, protegendo os consumidores, mas lamentavelmente carecem de amparo constitucional.

O artigo 3º, a seu turno, acaba por nublar a celeridade e a informalidade típicas da formação dos contratos de seguro, justamente a fonte da sua consensualidade e do regime de aceitação tácita. Ao invés de cuidar de regulamentar o estabelecimento de sistemas ágeis para a obtenção de proteção de resseguro como requisito para o exercício da atividade seguradora, transfere para a formação do contrato de seguro possíveis deficiências da estruturação da atividade empresarial das seguradoras. Além disso, ofende o disposto no artigo 68, § 3º do Dlei 73/66 e o princípio de que o resseguro é negócio estranho ao segurado. De resto, esvazia o disposto no artigo 58 do mesmo diploma, ao invés de aproveitá-lo. A “solução mínima” para o problema de que se ocupa o *caput* do artigo 3º, a nosso ver, seria necessariamente a imposição à seguradora do dever de recusar a proposta, jamais o *sine die* para a “confirmação da aceitação” de uma proposta (§ 3º do artigo 3º da circular) que, em si, não pôde ser aceita.

O artigo 7º da Circular vem repetir inovação da ordem jurídica que há muito foi perpetrada no artigo 2º, § 1º do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, invasão essa que, à parte sua ilegalidade, jamais foi acolhida na realidade das operações, como acaba por reconhecer a regra do artigo 8º da mesma Circular.

Com efeito, seguradoras têm por hábito acolher a data da recepção da proposta de seguro como a data do início de vigência da



instituto brasileiro de direito do seguro

cobertura, praxe esta bastante salutar e que evita períodos de exposição a risco não desejados pelos consumidores. É justamente essa praxe tão penetrada nas operações que leva o artigo 8º da mesma Circular a contrariar o citado artigo 2º, § 1º, do Decreto nº 60.459/67 à medida que estabelece como início de vigência da cobertura a data da recepção da proposta.

Venha acompanhada do pagamento do prêmio ou não, o início de vigência da cobertura sempre coincidiu com a data da recepção da proposta. Aliás, é tal fato que justifica em maior monta a previsão contida no § 2º do artigo 1º da própria Circular em questão.

Finalmente, o artigo 8º da Circular, ao admitir e reger a prática de recebimento de pagamento pelo proponente como “adiantamento de valor para futuro pagamento parcial ou total do prêmio”, prática esta que haveria de ser severamente coibida, acaba por contrariar o artigo 758 do Código Civil. Segundo este artigo, é prova do contrato de seguro o “documento comprobatório do pagamento do respectivo prêmio”. Em poucas palavras, segundo a lei vigente, o pagamento do prêmio é ato de execução e não de formação do contrato de seguro.

Note-se, quanto a este último ponto das preocupações que nos cabem transmitir a essa Superintendência, que tanto os consumidores, quanto as seguradoras acabam por ser prejudicados. Aqueles por terem a expectativa fundada em dispositivo de lei de que estão garantidos pelo prazo de vigência proposto e estas, as seguradoras, por terem de suportar riscos que jamais poderiam ser acolhidos em suas



instituto brasileiro de direito do seguro

carteiras, desde o recebimento da proposta até dois dias após a recepção da manifestação da recusa pelo proponente do seguro.

Reconhecemos a grave dificuldade que o direito positivo brasileiro sobre a matéria securitária traz para o exercício das elevadas funções do Conselho Nacional de Seguros Privados e dessa Superintendência. Estamos certos, no entanto, que esta contribuição haverá de ser bem compreendida por Vossas Senhorias.

Com elevados protestos de respeito,

Atenciosamente

**Instituto Brasileiro de Direito do Seguro - IBDS**  
Ernesto Tzirulnik - Presidente  
Paulo Luiz de Toledo Piza - 1º Vice-Presidente  
Fábio Ulhoa Coelho - 2º Vice-Presidente  
Flávio de Queiroz Bezerra Cavalcanti - Conselheiro